Goa, 8th May, 1969 (Vaisakha 18, 1891)

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assi-natura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Adminis-tração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitemente. gratuitamente.



	SUBSUR	SUBSCRIPTION BATES — ASSINATURA					
		YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)			
MANY.	All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-			
	I Series II Series III Series	Rs. 20/- Rs. 16/- Rs. 20/-	Rs. 12/- Rs. 10/- Rs. 12/-	Rs. 9/- Rs. 8/- Rs. 9/-			
सम्ब नयहे	Postage is t Acresce o	o be added porte quan	when delivered do remetido 1	by mail — pelo correso			

GOVERNMENT GAZETT

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases, Goa, Daman and Diu

Order

CML-Z-30/177/68

These are 9 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. Mingoa Pvt. Ltd., Altinho, Panaji.

(Tradução)

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio

Portaria

CML-Z-30/177/68

Estes são os 9 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s. Mingoa Pvt. Ltd., Altinho, Panagi.

Sr. No. N.º de séri	Case No. ie Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minerio/s	Village -	Area in hectares Area em hectares
1.	Z-3 0	9 of 23-9-1949 T. T. 24-2-1958	Fer/Mang.	Maulinguem	92.5385
2.	Z-31	10 of 23-9-1949	do	do	78.9309
3.	Z-148	69 of 14-12-1951 T. T. 24-2-1958	Iron	Codli	99.7900
4.	Z-220	70 of 18-8-1952 T. T. 24-2-1958	Fer/Mang.	do 	99.7952
5.	Z-379	126 of 4-12-1953 T. T. 24-2-1958	Iron	do	100.0000
6.	Z-401	3 of 15-1-1954 T. T. 3-2-1958	Iron	Maulinguem	32.0400
7.	Z-456	9 of 2-4-1955	do	— do — *	33.0900
8.	Z-485	38 of 3-9-1955 T. T. 17-2-1958	do	Darbandora	100.0000
9.	Z-486	39 of 3-9-1955 T. T. 17-2-1958	— đo —	— do —	123.9580

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeia serem modificados, em primeiro lugar, porque os and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines. The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclue um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplase incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vezde «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições: —

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jázigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jázigo mineironão implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only detail the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «Existing Mining Leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and mineral removed by the Lessees from the leased in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Dio, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que sómente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas sómente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos, etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Súpondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acôrdo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga pelo minério de ferro, sómente, será a razão de Rps. 12-50 Ps. por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério, será à razão de Rps. 25/- por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagâveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento ficasujeito as normas formuladas ou que se considerem.

Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.

- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaii. 30th January, 1969.

Order

CML-Z-122/159/69

These are 30 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. Shantilal Kushaldas & Bros., Margao.

- formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da India, periòdicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrado do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- Determina-se que a presente portaria seja publicada no Boletim Oficial, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 30 de Janeiro de 1969.

Portaria

CML-Z-122/159/69

Estes são os 30 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s. Shantilal & Bros., Margão.

				7711	Area in hectares
Si, No.	Case No.	Title No. and Date of Lease	Mineral/s	Village	
N.º de série	Caso n.º	N.º do título e data do arrendamento	Minério/s	Aldeia _	Area em hectares
1.	Z-122	42 of 18-5-1951	Fer/Mang.	Netorlim	74.0480
•		T. T. 14-1-1955	2 02/ 2/202-8-		
2.	Z-124	44 of 18-5-1951	— do —	Maina	71.2340
•		T. T. 14-1-1955		<u></u>	00.0400
3.	Z-178	28 of 28-3-1952	— do —	Rivona	69.9100
4	Z-205	T. T. 8-2-1954		Curdi	91.7400
4.	21-200	54 of 20-8-1952 T. T. 17-8-1959	— do —	Curui	01.1100
5.	Z-240	90 of 7-11-1952	Iron	Latambarcem	49.0300
6.	Z-262	9 of 13-2-1953	Fer/Mang.	Maina	63.4600
7.	Z-313	60 of 26-6-1953	do	Molcornem *	96.2780
		T. T. 11-7-1963			Annual Section 1
8.	Z-334	81 of 28-8-1953	— do —	Velguem	32.1300
3. ↓ .a.		T. T. 30-9-1961	1	_	
9.	Z-336	83 of 28-8-1953	do	Surla	27.4000
		T. T. 30-9-1961			
10.	Z-356	103 of 12-10-1953	do	Potrem	37.6408
11.	Z-404	' 6 of 1-2-1954	do	Colomba	82.9170
12.	Z-405	7 of 1-2-1954	do	Nundem	42.0000
13.	Z-426	28 of 9-4-1954	do	Aglote	39.5500
14.	Z-437	39 of 22-10-1954	Iron	Sancordem e	
*	7.400		*** (********	Darbandora	89.8655
15.	Z-493	4 of 1-2-1956	Fer/Mang.	Cormonem	100.0000
16.		T. T. 30-9-1961		A	70.000
10.	Z-498	9 of 28-3-1965	do	Arvalem	73.8020
17.	Z-5 55	T. T. 24-9-1960 15 of 13-5-1957	do	Surla	100.0000
18.	Z-576	34 of 26-8-1957	— uo — Iron	Portem	70.5500
19.	Z-578	37 of 9-9-1957	— do —	Pissurlem e Onda	77.5000
20.	Z-595	55 of 18-11-1957	do	Calem	89.3510
	2-000	T. T. 16-1-1961	— u o —	Carem	00.0010
21.	Z-596	56 of 18-11-1957	Iron	Sangod	21.7000
	00,0	T. T. 30-9-1961	41011	zango.	m211000
22.	Z-631	27 of 21-7-1953	— do —	Cananguinim	100.0000
		T. T. 30-1-1961			
23.	Z-636	32 of 11-8-1958	do	Darbandora	83.6200
24.	Z-637	33 of 11-8-1958	do	Uguem e Cutarli	100.0000
25.	Z-680	6 of 26-12-1958	Fer/Mang.	Arvalem	84.4650
		T. T. 28-8-1960			
26.	Z-718	38 of 10-8-1959	do	Coranguinim	
		* T. T. 30-9-1961		Antoriem	76.9800
27.	Z-742	63 of 28-9-1959	Iron	Vantem	* 85.8900
28.	Z-745	66 of 28-9-1959	— do —	Sancordem	48.9000
29.	Z-788	== ** ** * . = **	— do —	Quirlapale	69.3880
0.0	F	T. T. 30-9-1961	and the second		in the second second
30.	Z-791	1 of 9-1-1961	— do —	Curpem	50.9315

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and eareful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sublease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows: -

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclue um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições: —

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Titulo de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metals e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jázigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jázigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineia lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

The Rules only detail the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the existing Mining Leases have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron ore alone shall be at the rate of Rs. 12-50 Ps. per hectare per annum and for other minerals or Iron ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/per hectare per annum, from 15th January, 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

ros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Dio, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que sòmente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente te os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acôrdo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a ser paga por minério de ferro, sòmente, será à razão de Rps. 12-50 por hectare, por ano e por outros minérios ou por minério de ferro misturado com qualquer outro minério será à razão de Rps. 25/por hectare, por ano, desde 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a cada minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minerals.
- The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

 ${\it A. P. Agrawal}$, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Law and Judicial Department

Notification

RC/CN/15/69

By virtue of Notification no. LD/9-N-102-68-69, dated 24-3-1969, the individual whose name has been shown in column 1 is hereby authorized to change his name as shown in column 2.

SCHEDULE

Sr.	No.	Old name 1	· - .	N	ew name	
	1 Antonio		San San Lindon	Antonio Braga	Francisco 1ça	đe

Panail, 26th April, 1969.

Notification

RC/CN/16/69

By virtue of Notification no. LD/9-N-102-68-69, dated 24-3-1969, the individual whose mame has been shown in column 1 is hereby authorized to change his name as shown in column 2.

SCHEDULE

Srl no.	Old name		New name
			2
an.	Santana Rosarinha Antonieta	a Teresinha	Santana Rosarinha Tere- sinha Antonieta Rodri- gues

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 26th April, 1969.

- 5) A seguinte clausula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», e das portarias e despachos publicados pelo Governo da India, periòdicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957, em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- Determina-se que a presente portaria seja publicada no Boletim Oficial, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 30 de Janeiro de 1969.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Justiça

Despacho

RC/CN/15/69

Em virtude do despacho n.º LD/9-N-102-68-69, de 24 de Março de 1969, o indivíduo cujo nome se acha indicado na 1.º coluna é autorizado a mudar o seu nome conforme se acha indicado na 2.º coluna.

QUADRO

N.º de série	Antigo nome	.5.	3	No	ovo nome 2	-
1	Antonio Cardozo		1000 july		Francisco	đe

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panagi, 26 de Abril de 1969.

Despacho

RC/CN/16/69

Em virtude do despacho n.º LD/9-N-102-68-69, de 24 de Março de 1969, o indivíduo cujo nome se acha indicado na 1.º coluna é autorizado a mudar o seu nome conforme se acha indicado na 2.º coluna.

QUADRO

Série	1	2
al.	Santana Rosarinha Teresinha Antonieta	Santana Rosarinha Tere- sinha Antonieta Rodri- gues

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panagi, 26 de Abril de 1969.

N.º de

Food and Civil Supplies Department

Order

FCS/PWD/1146/69

The Government is pleased to constitute a Road Planning Board, for the Union Territory of Goa, Daman and Diu, consisting of the following members:

Minister of P. W. D. — Chairman.
Development Commissioner — Member.
Principal Engineer P. W. D. — Member-Secretary.
Collector of Goa — Member.
Under Secretary — (Finance) — Member.
Captain of Ports — Member.
Director of Industries — Member.
Representative of Railways — Member.
Director of Transport — Member.
Executive Engineer Works Division H — Do.
Executive Engineer Works Division VI — Do.

The Road Planning Board will make a quick survey where necessary and take stock of deficiencies in the existing road net-work, including both National Highways, State Roads and Major District Roads as well.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Planning).

Panaji, 16th April, 1969.

Industries and Power Department

Notification

7/15/69-IND/678

In exercise of the powers coferred by subsection 1 of section 18 of the Goa, Daman and Diu Weights and Measures (Enforcement) Act, 1968, the Administrator of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint Director of Industries and Mines as the Controller of Weights and Measures for the Union Territory of Goa, Daman and Diu, for the purpose of the said Act.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 22nd April, 1969.

Office of the Chief Electrical Engineer

Order

CEE/Estt/802/2493

The services of Shri S. S. Oberoi, Assistant Director, from the Central Water and Power Commission on deputation as Deputy Executive Engineer, Electrical, to the Electricity Department of this Administration are hereby replaced at the disposal of the Central Water and Power Commission (Power Wing) Ministry of Irrigation and Power, Government of India, New Delhi, with effect from 30-4-1969 A. N.

Shri Ashok Kumar Biswas, should take over charge of Electrical O&M Sub-Division No. II Bicholim from Shri S. S. Oberoi, with effect from 30-4-1969 A. N.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. R. Karnik, Chief Electrical Engineer & Ex-officio Addl. Secretary to Govt. of Goa, Daman and Diu.

Panaji, 23rd April, 1969.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

FCS/PWD/1146/69

O Governo determina a constituição duma comissão para a planificação de estradas no território da União de Goa, Damão e Dio, composta dos seguintes:

Ministro das Obras Públicas — Presidente.
Comissário de Fomento — Vogal.
Engenheiro-chefe das Obras Públicas — Vogal-Secretário.
Collector de Goa — Vogal.
Subsecretário (Finanças) — Vogal.
Capitão dos Portos — Vogal.
Director de Indústrias — Vogal.
Representante dos Caminhos de Ferro — Vogal.
Director de Transportes — Vogal.
Engenheiro executivo da secção de Obras II — Idem.
Engenheiro executivo da secção de Obras VI — Idem.

A referida comissão fará uma rápida inspecção, onde fôr necessário e tomará nota das deficiências na presente rede de estradas incluindo as estradas nacionais e as outras estradas.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 16 de Abril de 1969.

Departamento de Indústrias e Energia

Despacho

7/15/69-IND/678

No uso das faculdades conferidas pela alínea 1.º do artigo 18.º do «Goa, Daman and Diu Weights and Measures (Enforcement) Act, 1968, o Administrador de Goa, Damão e Dio nomeia o director de Indústrias e Minas, controlador de pesos e medidas do território a União de Goa, Damão e Dio, para os fins do citado Act.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. R. Shinde, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 22 de Abril de 1969.

Repartição do Engenheiro Eléctrico-Chefe

Portaria

CEE/Estt/802/2493

Os serviços do Sr. S. S. Oberoi, director assistente da Comissão Central de Abastecimento de Agua e Energia, em deputação como engenheiro executivo adjunto, eléctrico, dos Serviços de Electricidade desta Administração, são repostos à disposição da Comissão Central de Abastecimento de Agua e Energia (Repartição de Energia) do Ministério de Irrigação e Energia do Governo da India, Nova-Delhi, a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio dia.

O Sr. Ashok Kumar Biswas, tomará a entrega da sub-divisão de construções eléctricas II O e M de Bicholim, do Sr. S. S. Oberoi, a partir de 30 de Abril de 1969, após o meio-dia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

R. R. Karnik, Engenheiro eléctrico-chefe e Secretário adicional, ex-officio, do Governo de Goa, Damão e Dio.

เรื่อง เพพาง สเจ็บ ภาพ พระ

Panagi, 23 de Abril de 1969.

GOVT. PRINTING PRESS—GOA (Imprensa Nacional — Goa) PRICE — 54 Ps.